

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.626 - DF (2019/0287770-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **ANDERSON ROBERTO SOARES BOMFIM**
EMBARGANTE : **FABIANA DA SILVA FERREIRA**
ADVOGADOS : **MARIA LUISA NUNES DA CUNHA - DF031694**
 YURI RODRIGUES BESERRA - DF044254
 THIAGO SOARES SOUSA - DF046907
 RODRIGO SANTOS PEREGO - DF0038956
EMBARGADO : **MB ENGENHARIA SPE 040 S.A.**
EMBARGADO : **ALVORADA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A**
EMBARGADO : **TG CENTRO-OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A**
ADVOGADOS : **DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918**
 RENATA CELESTINO MORAN - SP387684

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por ANDERSON ROBERTO SOARES BOMFIM em face da decisão de fls. 572-580, sob alegação de que houve omissão, porque não se fixou honorários recursais (art. 85, §1º e §11 do CPC/2015), ante a rejeição do agravo em recurso especial interposto pela parte adversa.

Pede o acolhimento dos declaratórios.

2. Tem razão a embargante, quando alega que a decisão embargada foi omissa ao não fixar honorários recursais.

Assim sendo, passa-se a examinar o ponto omissor.

De acordo com o posicionamento da Segunda Seção (Resp 1.539.725), é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: (a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo CPC; (b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; (c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

No caso dos autos, houve o cumprimento de todos os requisitos elencados acima. Diante disso, é devida a majoração da verba honorária, nos termos do art. 85, § 11, do CPC de 2015.

Os honorários advocatícios foram arbitrados em 10% do valor atualizado da condenação, e determinou-se que cada parte arcaria com metade da verba honorária. No acórdão, os honorários advocatícios foram majorados em 1% do valor da condenação, devendo ser arcada exclusivamente pelas rés, em razão da sucumbência recursal.

3. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, suprimindo a omissão, determinar a majoração dos honorários advocatícios, em desfavor da parte recorrida, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça, mantidas as proporções estabelecidas pelo Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator